

Câmara Municipal de Sintra

MODELO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL DE SINTRA

Relatório

DM-APG / Gabinete do Plano Diretor Municipal

Março de 2015

FICHA TÉCNICA

GPDM - GABINETE DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE SINTRA

COORDENAÇÃO:

Ana Queiroz do Vale, Diretora Municipal de Ambiente, Planeamento e Gestão do Território

Tiago Trigueiros, Coordenador do Gabinete do Plano Diretor Municipal

EQUIPA TÉCNICA

Álvaro Terezo, Geólogo

Emília Santos, Eng.^a do Território

Isabel Henriques, Socióloga

Manuel Espada, Urbanista

Rui Colaço, Eng. do Território

Sónia Barreira, Geógrafa

Tiago Trigueiros, Arq. Urbanista

Ana Costa, Desenhadora Projetista

Bruno Durão, Administrativo

Miguel Tomás, Administrativo

ÍNDICE GERAL

Índice geral	4
Índice de figuras	5
Introdução	6
Enquadramento Estratégico	7
Análise SWOT	7
Forças	8
Fraquezas	9
Oportunidades	10
Ameaças	11
Enquadramento procedimental	13
Ponto de partida	13
Programa / MDT	15
Visão	15
Eixos Estratégicos	15
Objetivos estratégicos	16
Medidas estratégicas	18
Esquema do Modelo de Desenvolvimento Territorial – MDT -	19
Unidades Territoriais	21
“Cidade policentrica”	21
“Zona economica especializada”	22
“Serras”	23
“Ruralidade atlântica”	24
“Litoral urbano”	25
“Interior rural”	26
ANEXO I	28
Análise SWOT	28
ANEXO II	0
Modelo de Desenvolvimento Territorial	0
ANEXO III	0
Proposta de classificação das praias	0

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 – Modelo de Desenvolvimento Territorial de Sintra (MDT)	19
Figura 2 – Unidade Territorial “Cidade policentrica”	22
Figura 3 – Unidade Territorial “Zona económica especializada”	23
Figura 4 – Unidade Territorial “Serras”	24
Figura 5 – Unidade Territorial “Ruralidade Atlântica”	25
Figura 6 – Unidade Territorial “Litoral Urbano”	26
Figura 7 – Unidade Territorial “Zona rural”	27

INTRODUÇÃO

O presente documento visa o estabelecimento de um Programa e Modelo de Desenvolvimento Territorial para Sintra, elaborado no âmbito da revisão do PDM, e informador da sua proposta de ordenamento.

A primeira seção concretiza uma análise SWOT do Concelho que se traduz na síntese das várias análises elaboradas sectorialmente para cada tema abordado no âmbito do diagnóstico, concluindo assim um enquadramento que descreve as forças e fraquezas do território municipal, e as oportunidades e ameaças que surgem no ambiente externo.

Seguidamente descreve-se o enquadramento procedimental, em que se concretiza o desenvolvimento / evolução dos termos de referência inicialmente definidos, em função da realidade observável para a construção de um Programa mais adequado.

Surge a definição do Programa e Modelo de Desenvolvimento Territorial, adiante designado por MDT, refletindo as principais opções estratégicas a traduzir no território municipal para um horizonte futuro. O Programa constitui-se pela definição das políticas com incidência territorial, estabelecendo uma visão e respetivos objetivos estratégicos. O Modelo de Desenvolvimento Territorial concretiza o esquema territorial das estratégias, sendo que ambos servem para nortear o desenvolvimento técnico da proposta de revisão, nomeadamente a elaboração da carta de ordenamento e respetivas normas (regulamento).

ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO

A realidade observável decorre do diagnóstico e das principais conclusões que daí se possam retirar. O relatório de diagnóstico do PDM é composto por onze (11) temas, sendo que a maioria é concluído com uma síntese e uma análise SWOT que permite a identificação das forças, fraquezas, oportunidades e ameaças de cada uma das dimensões. Este enquadramento sintético que nos é proporcionado por cada uma destas dimensões permite a avaliação do ambiente interno e externo do território de Sintra, sendo uma peça fundamental para a definição da estratégia, ou seja, da visão futura e dos eixos estratégicos e objetivos que a concretizam.

Para o diagnóstico e concretização da SWOT foram igualmente considerados os resultados da Avaliação Ambiental Estratégica (fase de elaboração do Relatório de Fatores Críticos), do *workshop* de focalização, realizado a 19 de novembro de 2014, e do inquérito realizado à população, concluído a 31 de dezembro de 2014.

Análise SWOT

A análise SWOT propõe a identificação simplificada dos principais pontos fortes (*Strengths*) e pontos fracos (*Weaknesses*), as oportunidades (*Opportunities*) e as ameaças/riscos (*Threats*). Tem sido aplicada ao ordenamento do território para realçar as qualidades intrínsecas de um espaço, as suas vocações e mitigar ou controlar os inconvenientes ou ameaças existentes.

A análise SWOT é uma ferramenta, principalmente de carácter estratégico, de apoio a tomadas de decisão, que deve o seu nome (*Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats*) ao facto de se debruçar sobre a identificação de forças, fraquezas internas a um determinado meio (uma empresa ou, no presente caso, a área de intervenção de um Plano), bem como as oportunidades e ameaças da área envolvente a esse meio. O ambiente interno (Forças, Fraquezas) pode ser controlado, já que é o resultado de estratégias de atuação já definidas. Assim, ao percebermos um ponto forte na análise, devemos destacá-lo ainda mais; quando percebemos um ponto fraco, devemos agir de forma a controlá-lo ou, pelo menos, minimizar o seu efeito. Já no que diz respeito ao ambiente externo (Ameaças e Oportunidades), apesar de não podermos controlá-lo, podemos identificá-lo, procurando aproveitar as oportunidades da maneira mais eficiente, e evitar as ameaças enquanto possível.

As autoridades municipais e regionais foram as primeiras entidades públicas que, desde os anos de 80, têm utilizado a ferramenta da análise SWOT como enquadramento para reflexão sobre diversos cenários de desenvolvimento. Atualmente, é utilizada quer como componente de exercícios de planeamento, quer para a avaliação ex-ante de programas de desenvolvimento regional.

Os dois principais objetivos da análise SWOT são:¹

¹ A Avaliação do Desenvolvimento Socioeconómico, Manual Técnico II: Métodos e Técnicas de Avaliação.

- Salientar os fatores dominantes e determinantes, tanto internamente como externamente ao território, que poderão influenciar o sucesso do projeto;
- Produzir orientações estratégicas relevantes, aliando o projeto ao seu contexto específico.

A síntese da SWOT elaborada para o concelho de Sintra identifica as seguintes forças, fraquezas, oportunidades e ameaças.

FORÇAS

- **PATRIMÓNIO EXCECIONAL:**
 - Património natural e construído de valor excecional (Património Mundial UNESCO, Rede Natura 2000, PNSC, Orla Costeira, Serra da Carregueira e alguns núcleos com notoriedade histórica, cultural, arquitetónica e paisagística).
 - Orla costeira natural, diversificada e com potencial para suporte de atividades turísticas, de lazer e ócio.
 - Significativo número de monumentos e sítios arqueológicos classificados dispersos pelo concelho (dispersão patrimonial como fator de equilíbrio e atratividade de vários locais).
 - Centro Histórico de Sintra enquanto principal âncora de identidade da população do concelho.
- **RECURSOS NATURAIS E QUALIDADE AMBIENTAL:**
 - Existência de recursos naturais de valor geológico e biogeográfico (solo, subsolo e biofísico) e qualidade ambiental (ar, água e solo).
 - Elevada percentagem do território concelhio ocupada por áreas agrícolas, agroflorestais e florestais, com potencial de crescimento, e em presença de elementos diferenciadores.
- **POPULAÇÃO E CAPITAL HUMANO:**
 - Segundo concelho mais populoso do País, com uma população multicultural, diversificada, e jovem, crescentemente instruída e qualificada.
- **SIGNIFICATIVO PESO EMPRESARIAL E DINÂMICA ECONÓMICA**
 - Segundo concelho da Grande Lisboa com maior número de empresas, e com uma taxa de atividade superior à da AML e do País.
 - Diminuição da dependência externa e aumento das exportações (principalmente para fora da UE).
 - Grande representatividade de ativos no setor secundário no contexto da AML.
- **CRESCENTE VALORIZAÇÃO DA IDENTIDADE, CULTURA E DOS PRODUTOS CONCELHIOS:**
 - Imagem promocional própria (marca “Sintra”) conhecida internacionalmente e com forte atratividade turística.
 - Existência de indústrias culturais e criativas, e de uma forte componente cultural.
 - Mudança nos perfis de consumo e comportamentos (procura de produtos de origem local e/ou biológicos, valorização crescente das hortas urbanas e da fruição do espaço público).
- **EQUIPAMENTOS DE UTILIZAÇÃO COLETIVA E APOIO SOCIAL**
 - Aumento da oferta pública de equipamentos, em quantidade e qualidade (jardins de infância, escolas, cultura, lazer e desporto).

- Existência de projetos de cariz social e de apoios às famílias mais carenciadas (Centro de Emergência Social, Ajuda Alimentar, Apoio ao Imigrante e outros).
- REDE DE INFRAESTRUTURAS E MELHORIAS NA MOBILIDADE
 - Corredor urbano bem servido por infraestruturas rodo e ferroviárias, com forte utilização dos transportes públicos.
 - Diluição do peso de Lisboa enquanto destino da população que efetua deslocações (trabalho / residência), e elevada percentagem da população que efetua deslocações trabalha ou estuda na freguesia de residência (30%).
 - Existência de infraestruturas aeroportuárias.
 - Aposta sistemática na renovação e modernização das infraestruturas, numa perspetiva de sustentabilidade do sistema, e de uso eficiente dos recursos água e energia.
 - Grande diversidade nas tipologias de serviços de telecomunicações prestados (bom indicador de desenvolvimento).
 - Sistema eficiente de recolha, tratamento e reciclagem de RSU (98% da pop. abrangida).

FRAQUEZAS

- DEGRADAÇÃO DA PAISAGEM, AMBIENTE E PATRIMÓNIO:
 - Degradação da paisagem natural e construída (exploração de recursos, atividades não compatíveis e espaços construídos dissonantes e não integrados na paisagem).
 - Dispersão urbana (especialmente na zona rural).
 - Reduzida valorização (requalificação, divulgação, promoção) do Património disseminado pelo Concelho.
 - Elevado número de Áreas Urbanas de Génese Ilegal (AUGI) sem processo de reconversão concluído (aprox. 3% da área do concelho).
 - Existência de significativos espaços industriais obsoletos, desordenados e/ou degradados.
- EMPREGO E QUALIFICAÇÃO:
 - População pouco qualificada e progressivamente envelhecida (aumento do índice de envelhecimento e diminuição da taxa de natalidade).
 - Perda da capacidade atrativa e inversão da taxa de crescimento migratório.
 - Taxa de desemprego elevada (superior à da AML e do País).
- POTENCIAL ESGOTAMENTO DOS RECURSOS NATURAIS:
 - Esgotamento dos recursos geológicos (pedreiras) e indústria transformadora em declínio.
- POUCA ATRATIVIDADE DOS PRINCIPAIS AGLOMERADOS DO EIXO URBANO E DO PARQUE HABITACIONAL (QUALIDADE DE VIDA):
 - Prevalência de algumas características suburbanas em áreas com forte componente habitacional e reduzida oferta de comércio e serviços de caráter local que as tornem mais sustentáveis (monofuncionalidade).
 - Áreas urbanas com constrangimentos a nível social (exclusão social, insegurança) e urbanístico (carência de espaços públicos de qualidade (verdes ou não) e de alguns equipamentos).

- Subaproveitamento do parque habitacional (elevado número de fogos vagos) ao mesmo tempo que se verifica uma carência na oferta de habitação social.
- DEFICIÊNCIAS NA PRESTAÇÃO DE ALGUNS SERVIÇOS / EQUIPAMENTOS:
 - Subsistência de várias carências ao nível dos equipamentos públicos que servem a população, nomeadamente na saúde, infância e juventude, apoio à 3.ª idade, educação (algumas zonas e unidades de ensino especial), e disponibilidade de áreas desportivas, aos quais se juntam a elevada taxa de ocupação dos cemitérios.
- FRACA COMPETITIVIDADE ECONÓMICA E DEPENDÊNCIA:
 - Fraca competitividade do tecido empresarial (criação de emprego, inovação, criação de valor / volume de negócios, qualificação dos trabalhadores, estrutura atomizada dos setores mais tradicionais / desarticulação empresarial), e consequente défice de atividades ligadas ao setor terciário mais qualificado.
 - Excessiva dependência aos municípios vizinhos (mais de 100 000 residentes têm que efetuar deslocações pendulares para outro município) e prevalência do transporte individual (mais de 55% das deslocações).
 - Perda da importância da agricultura e redução da atividade pecuária (exploração).
 - Deficiências na oferta turística (baixa estada média do turista, reduzida oferta de alojamentos turísticos qualificados).
 - Pouca articulação entre empresas e universidades nos domínios das atividades de I&D.
- DEFICIENTE CONECTIVIDADE URBANA E INTERMODALIDADE DE TRANSPORTES:
 - Fraca intermodalidade nos interfaces existentes (e em reduzido número), aliada a um elevado número de operadores de transportes públicos, não articulados, e com défice de serviço na zona rural.
 - Rede viária local subdimensionada dentro de alguns aglomerados, sobretudo no eixo urbano, e condicionada na sua beneficiação por constrangimentos físicos.
 - Deficiente conectividade entre centralidades urbanas.
 - Linha do Oeste subaproveitada.
 - Inexistência de uma rede ciclável.
- SUBSISTÊNCIA DE ALGUMAS CARÊNCIAS AO NÍVEL DO SERVIÇO PRESTADO PELAS INFRAESTRUTURAS:
 - Carências ao nível das infraestruturas primárias (gás e saneamento), e excessiva dependência externa (abastecimento de água).
 - Deficiências ao nível do escoamento nas bacias das linhas de água, sobretudo naquelas onde se verificou maior impermeabilização.
 - Reduzida quantidade de resíduos provenientes de recolha seletiva, face ao universo metropolitano e nacional, e ao esforço financeiro realizado.

OPORTUNIDADES

- AMBIENTE FAVORÁVEL AO AUMENTO DA COMPETITIVIDADE E AO DESENVOLVIMENTO:
 - Programas de apoio ao desenvolvimento (novo quadro comunitário de apoio - Portugal 2020, PDR 2020, iniciativa JESSICA, Quadro de Ação Regional 2014-2020, entre outros)
 - Medidas de apoio e iniciativas ao investimento económico em Sintra.
 - Integração na AML / proximidade à capital / proximidade ao Tagus Park (conjunto de vantagens competitivas).

- Existência de estratégias intermunicipais para a competitividade.
- Aposta crescente em empresas inovadoras, incubadoras e “start-ups”, especialização industrial de alguns setores constituindo potencial para a economia local (I&D).
- Novos enquadramentos legais que favorecem o ordenamento do território (Nova Lei de bases gerais da política pública de solos, de ordenamento do território e de urbanismo), a reabilitação urbana (RJRJ), o licenciamento (RJUE), entre outros direcionados para uma maior sustentabilidade dos sistemas e uma maior eficiência da administração pública.
- **TURISMO INTERNACIONAL EM CRESCIMENTO:**
 - Diversidade e qualidade dos recursos naturais, permitindo a dinamização do setor turístico em segmentos onde a procura tem crescido, como o pedestrianismo, a escalada, o surf e outros desportos / atividades de natureza. Destaca-se o surf pela economia associada e inserção no enclave Cascais / Ericeira /Peniche.
 - Continuidade da aposta na valorização da zona classificada como Património Mundial, dada a sua capacidade de projeção do concelho a nível internacional.
 - Articulação de Sintra com outros concelhos para criação de rotas ligadas ao Património.
- **ESTÍMULOS À POPULAÇÃO E AOS SERVIÇOS / EQUIPAMENTOS DE APOIO (QUALIDADE DE VIDA NAS CIDADES)**
 - Crescente importância do planeamento, reabilitação e qualificação urbana na qualidade de espaço público, como forma de ancorar o principal valor das cidades, o capital humano.
 - Crescente consciencialização da necessidade de uma política integrada de estímulo à natalidade e uma maior preocupação e sensibilização para com o envelhecimento ativo.
 - Reutilização/Readaptação de equipamentos para o desenvolvimento de novos modelos de resposta social.
 - Aparecimento de novas respostas à supressão de carências de equipamentos, fora da esfera do Estado.
 - Crescente valorização e procura da oferta cultural.
 - Existência de bases de suporte para que seja dada continuidade à implementação de políticas de mobilidade sustentável.

AMEAÇAS

- **RISCOS NATURAIS:**
 - Exposição a riscos geológicos / naturais (incêndios e desastres naturais).
 - Efeito das alterações climáticas na orla costeira, e no concelho.
- **PRESSÃO URBANÍSTICA:**
 - Pressão urbanística em zonas que ainda preservam características naturais (zona litoral, parque natural, áreas de sensibilidade ambiental e paisagística).
 - Pressão turística em áreas de valor patrimonial (natural e construído).
- **AGRAVAMENTO DA SITUAÇÃO SOCIAL DO PAÍS (POPULAÇÃO):**
 - Aumento dos problemas sociais: violência doméstica, exclusão social e pobreza das famílias.
 - Elevado índice de envelhecimento e reduzida taxa de natalidade, a nível nacional, com consequências no défice de renovação das gerações.

- Diminuição dos fluxos imigratórios internacionais, intensificação dos fluxos emigratórios nacionais e a saída de estrangeiros.
- Desestruturação das redes de solidariedade primárias na prestação de cuidados às crianças, jovens e idosos.
- Possibilidade de aumento dos custos associados à mobilidade e transportes.
- AUSÊNCIA DE GOVERNÂNCIA, INVESTIMENTO E COMPETITIVIDADE:
 - Reduzida resiliência ao contexto económico, social e financeiro global.
 - Capacidade atrativa e competitividade de concelhos vizinhos, num contexto de nulo ou fraco crescimento regional e nacional (emprego, habitação, qualidade de vida / espaço público, equipamentos, cultura, transportes e mobilidade).
 - Diminuição da capacidade financeira das Autarquias para suprimir as carências com novos equipamentos ou com a requalificação dos existentes.
 - Constrangimentos financeiros para recuperar e salvaguardar o património histórico.
 - Competitividade global no sector da pedra natural (desvalorização do recurso).
 - Descoordenação em matéria de acessibilidades e transportes a nível regional e, dificuldade em levar os operadores de transportes a aumentar percursos e frequências em meio rural.

O anexo I apresenta a SWOT em formato de quadro, conforme é habitualmente apresentada.

ENQUADRAMENTO PROCEDIMENTAL

O planeamento é um processo contínuo que pressupõe a análise e ponderação da informação disponível à data dos atos que marcam a sua evolução, nomeadamente no que respeita à elaboração, revisão e alteração de planos municipais. Pelo exposto os Termos de Referência que determinam o enquadramento inicial (políticas a adotar) na elaboração de um plano são constantemente atualizáveis e adaptáveis à realidade observável, sendo natural que evoluam no sentido de melhor explanar a concretização dos objetivos inicialmente traçados. Assim, e considerando que em 2012 foi deliberada a revisão do PDM de Sintra, com Termos de Referência necessariamente genéricos e universais, importa agora apurar o sentido da sua concretização com a definição de uma visão e respetivos eixos estratégicos e objetivos que de uma forma mais adequada e agarrada ao território desenvolvam a vontade inicial.

Ponto de partida

A 25 de julho de 2012 foi deliberada a revisão do PDM de Sintra em Reunião de Câmara, sendo a proposta acompanhada por “Relatório fundamentado de avaliação da execução do PDM” e de “Termos de Referência” a que corresponde o “Quadro de referência do PDM”.

Este “Quadro de referência” afirma “*uma visão prospetiva para a Sintra Ideal no ano 2025, sustentada na promoção do desenvolvimento económico, social e ambiental, fundamental para proporcionar aos nossos cidadãos um futuro com mais e melhor qualidade de vida no território municipal*”. Para o efeito estabelece cinco (5) eixos de desenvolvimento estratégico:

1. *Sintra do desenvolvimento económico sustentável.*²
2. *Sintra do desenvolvimento urbano qualificado.*³

² Sintra do desenvolvimento económico sustentável:

- a) *Promover a diversificação e o reforço da base económica concelhia, consolidando uma rede de pólos qualificados de atividades económicas, sustentada numa rede intermodal de mobilidade e transportes públicos facilitadora das acessibilidades municipal e regional, aumentando a competitividade do território de Sintra.*
- b) *Promover a valorização e o reordenamento equilibrado e racional das áreas industriais dispersas e fragmentadas, reforçando a sua integração no sistema económico da rede urbana estruturadora da organização territorial.*
- c) *Promover a captação e instalação de novas atividades económicas qualificadas, no domínio das indústrias, comércio, serviços e agricultura, indutoras de criação de riqueza e de novas oportunidades de emprego qualificado e sustentável.*
- d) *Promover as atividades de turismo, diversificando a oferta sustentada nos recursos culturais, naturais e paisagísticos locais, em particular nos territórios da Paisagem Cultural de Sintra e do Parque Natural de Sintra-Cascais.*

³ Sintra do desenvolvimento qualificado:

- a) *Aprofundar o desenvolvimento equilibrado e a estrutura policêntrica do sistema urbano, apoiada numa rede intermodal de mobilidade e de transportes públicos integrada na rede urbana estruturadora da organização territorial.*
- b) *Promover a redefinição dos novos perímetros urbanos, controlando a expansão urbanística, otimizando, racionalizando e programando a utilização da reserva de solo disponível, garantindo uma adequada repartição territorial da oferta de solo urbano para todas as funções qualificadoras do sistema urbano.*
- c) *Promover a requalificação, reabilitação, renovação e compactação dos aglomerados urbanos existentes, revitalizando os centros históricos e os centros urbanos deprimidos, reafectando a novos usos qualificados as áreas industriais inativas e expectantes.*
- d) *Desenvolver um modelo de gestão eficaz das áreas de reconversão urbanística, promovendo a integração harmoniosa das áreas urbanas de génese ilegal no sistema urbano concelhio.*

3. *Sintra do desenvolvimento rural qualificado.*⁴
4. *Sintra do desenvolvimento cultural, ambiental e paisagístico.*⁵
5. *Sintra do desenvolvimento da coesão social e territorial.*⁶

Estes cinco eixos estratégicos, ditados como referência para o desenvolvimento do concelho de Sintra constituem uma primeira base, prévia à conclusão do diagnóstico do território, e por isso adaptável às realidades observadas e à visão que é posteriormente adotada aquando da conclusão de um diagnóstico e da definição do Modelo de Desenvolvimento Territorial.

Assim, este documento concretiza o desenvolvimento / atualização dos termos de referência enunciados e pré definidos em 2012, e em decorrência também das alterações legislativas, em especial da Lei de bases gerais da política pública de solos, de ordenamento do território e de urbanismo⁷.

⁴ Sintra do desenvolvimento rural qualificado:

- a) *Aprofundar o desenvolvimento equilibrado, a requalificação e valorização dos aglomerados rurais, fortalecendo a sua integração na rede urbana estruturadora da organização territorial.*
- b) *Desenvolver um modelo de gestão eficaz das áreas de construção dispersa e fragmentada em solo rural, promovendo a sua integração harmoniosa na paisagem e no sistema urbano.*
- c) *Assegurar a multifuncionalidade das atividades económicas no espaço rural, incentivando a produção agrícola e florestal, como motor de desenvolvimento sustentável, salvaguardando reservas de solo com grande aptidão agrícola e florestal.*
- d) *Salvaguardar da expansão urbanística os solos agrícolas afetos ou com grande aptidão para a produção vitivinícola, promovendo uma política de solos que incentive o desenvolvimento da Região Demarcada dos Vinhos de Colares.*

⁵ Sintra do desenvolvimento cultural, ambiental e paisagístico:

- a) *Promover a requalificação ambiental, a valorização natural, cultural e paisagística e a integração harmoniosa do desenvolvimento urbano e rural com a natureza.*
- b) *Promover a valorização da área de Paisagem Cultural de Sintra Património da Humanidade e da área do Parque Natural de Sintra-Cascais.*
- c) *Preservar e valorizar a estrutura ecológica municipal, assegurando a continuidade dos corredores ecológicos e dos valores naturais e paisagísticos locais.*
- d) *Desenvolver uma gestão sustentável e integrada dos recursos naturais, promovendo a sua exploração racional, a eficiência energética, a proteção do solo, dos recursos hídricos e geológicos, as energias alternativas, a utilização de recursos renováveis e a valorização e reutilização de resíduos.*

⁶ Sintra do desenvolvimento da coesão social e territorial:

- a) *Desenvolver uma sociedade urbana sustentável, promovendo uma rede integrada de equipamentos de utilização coletiva alargada a todo o território concelhio.*
- b) *Promover políticas de planeamento territorial que contribuam para a equidade e a coesão social e territorial, esbatendo diferenças entre a cidade e o espaço rural.*
- c) *Promover e incentivar modelos de ordenamento resultantes de estratégias partilhadas com a população e os principais atores do desenvolvimento territorial, desenvolvidos em processos de planeamento e de decisão participados.*
- d) *Desenvolver políticas municipais que promovam o reforço dos níveis de qualificação da população nos domínios da Educação e da Formação Profissional.*

⁷ Lei n.º31/2014, de 30 de maio.

PROGRAMA / MDT

O Programa e respetivo Modelo de Desenvolvimento Territorial (MDT) para Sintra compreendem um conjunto de estratégias com expressão territorial que podem ser traduzidas numa visão, desenvolvida pelos seus eixos estratégicos e objetivos, e num esquema, que explana a situação futura desejável.

Visão

Constitui a Visão para o Concelho de Sintra:

“A obtenção de um território ordenado, harmonioso e diversificado que promova o desenvolvimento económico sustentável numa perspetiva integrada – população, economia e ambiente -, e a valorização dos espaços que o compõem reforçando a sua identidade e melhorando a qualidade de vida das populações.”

EIXOS ESTRATÉGICOS

De acordo com o diagnóstico do Plano e da sua visão revista, bem como com o recentrar das questões focais a considerar na revisão do PDM⁸, são redefinidos os eixos estratégicos. Assim, são **eixos estratégicos** do PDM de Sintra (revisto) e que decorrem da sua visão:

- 1. Preservação e valorização do Património e da Identidade;**
- 2. Valorização dos recursos existentes e dos ecossistemas;**
- 3. Otimização e qualificação do solo urbano, e das suas redes, como suporte à qualidade de vida;**
- 4. Apoio a uma economia dinâmica, inovadora e competitiva;**

A “**preservação e valorização do Património e da Identidade**” é um dos pilares da realidade e da estratégia municipal. O património, natural e construído, constitui um dos recursos de maior importância para o território e para a competitividade, que deve ser valorizado e potenciado, a par da identidade que garante a afirmação de Sintra e o enraizamento da população aos lugares.

A “**valorização dos recursos existentes e dos ecossistemas**” encontra-se orientado para a realidade endógena e exógena do território, ou seja, visa a valorização dos recursos naturais endógenos através do seu aproveitamento económico (espaços agrícolas, florestais, exploração recursos geológicos, paisagem) e a valorização das ocorrências exógenas e artificiais (nichos empresariais e industriais, atividades económicas, turismo). Manifesta também a vontade de

⁸ Tendo como referência o workshop de focalização realizado no âmbito da AAE.

preservação e integração dos sistemas ambientais (ecológicos e paisagísticos) num sistema estruturado e interligado que permite a sua conectividade e valorização.

A “**otimização e qualificação do solo urbano, e das suas redes, como suporte à qualidade de vida**” concretiza a necessidade de otimização das infraestruturas e de aproveitamento do solo urbano existente, numa perspetiva de sustentabilidade económica (eficiência), ambiental (otimização recursos) e social (proximidade e identidade), direcionando a dinâmica urbanística, num esforço de contenção, para a requalificação dos espaços existentes. Para a integridade do sistema urbano, e reforço da centralidade, é essencial a adoção de políticas e medidas que incentivem a utilização de transportes públicos coletivos e de modos suaves, a qualificação da rede intraconcelhia, considerando a importância desta matéria para a competitividade e coesão territorial.

O “**apoio a uma economia dinâmica, inovadora e competitiva**” pretende afirmar o concelho em termos económicos com forte aposta no conhecimento, investigação e desenvolvimento. Este eixo visa estimular a criação de um território de criatividade, conhecimento e inovação, valorizando a qualificação dos seus recursos humanos. A requalificação e /ou regeneração das áreas industriais e empresariais apresenta-se também como fundamental para o estabelecimento de oportunidades na implantação de unidades de base tecnológica. A diversidade dos recursos existentes deve ser potenciada para a criação de valor e emprego de forma sustentada.

Os vários eixos estratégicos desdobram-se em objetivos que são desenvolvidos e aprofundados seguidamente.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

São objetivos que decorrem da visão e dos seguintes eixos estratégicos:

1. Eixo “**Preservação e valorização do Património e da Identidade**”:
 - 1.1. Preservação da paisagem (natural e construída) e do património natural;
 - 1.2. Afirmação de Sintra como centralidade cultural e ambiental de exceção na região;
 - 1.3. Reabilitação, valorização e promoção dos núcleos históricos e do património histórico e etnográfico;
 - 1.4. Apoio e promoção das atividades produção e comercialização de produtos de origem municipal (marca “Sintra”).

2. Eixo “**Valorização dos recursos existentes e dos ecossistemas**”:
 - 2.1. Preservação dos habitats com valor biogeográfico;
 - 2.2. Valorização dos sistemas ambientais, com especial destaque para as áreas protegidas e zonas associadas a cursos de água, que sirvam o sistema ecológico municipal e regional;
 - 2.3. Identificação do valor dos serviços prestados pelos ecossistemas;
 - 2.4. Criação e valorização das atividades associadas à orla costeira e aos espaços naturais de maior valor;
 - 2.5. Valorização e otimização dos solos com maior potencial agrícola e florestal;
 - 2.6. Desenvolvimento do turismo sustentável na economia concelhia;
 - 2.7. Otimização dos recursos geológicos e do capital humano no domínio da indústria da pedra natural;

3. Eixo **“Otimização e qualificação do solo urbano, e das suas redes, como suporte à qualidade de vida”**:
 - 3.1. Criação de novas centralidades e reforço das existentes, mudando a perceção que as pessoas têm dos espaços urbanos de Sintra (“cidade qualificada e diversificada”)
 - 3.2. Contenção, consolidação e diversificação (usos) dos aglomerados urbanos;
 - 3.3. Requalificação e valorização urbana (forma sistemática e pontual / “cirúrgica”), com destaque para a qualificação do espaço público;
 - 3.4. Otimização das infraestruturas, serviços e equipamentos no espaço urbano, e supressão de carências;
 - 3.5. Resolução das AUGI do concelho (reconversão ou compensação);
 - 3.6. Adoção de medidas com vista a uma maior eficiência energética das cidades (domínio público e privado);
 - 3.7. Melhorar a articulação rodoviária (grandes ligações e a rede viária local) e a mobilidade interna (intraconcelhia);
 - 3.8. Aposta na mobilidade sustentável (mobilidade elétrica, modos suaves e transporte público), na acessibilidade em meio urbano e na intermodalidade dos interfaces;
 - 3.9. Adequação da oferta de estacionamento em meio urbano (sem prejuízo da qualidade do espaço público);
 - 3.10. Potenciação da utilização da Linha do Oeste;
 - 3.11. Aproveitamento da dinâmica em torno das infraestruturas aeroportuárias existentes;

4. Eixo **“Apoio a uma economia dinâmica, inovadora e competitiva”**:
 - 4.1. Valorização da agricultura e do turismo como ancoragem económica sustentada do concelho (escala, modernidade e inovação).
 - 4.2. Aposta na investigação e desenvolvimento (I&D) nos setores mais relevantes da economia municipal.
 - 4.3. Apoio e promoção de áreas estratégicas de oportunidade económica, científica e tecnológica (redireccionamento de investimentos para áreas onde possa ocorrer a otimização de recursos/sinergias e uma maior cadeia de valor em domínios específicos).
 - 4.4. Aproveitamento do capital humano, como vantagem competitiva e com retorno económico, num mercado cada vez mais exigente.
 - 4.5. Investimento em fatores de inovação tais como a qualificação académica e profissional da população, tecnologias, conhecimento, marketing, assim como nas infraestruturas e equipamentos de apoio à atividade económica.
 - 4.6. Otimização dos recursos geológicos e do capital humano qualificado no domínio da indústria da pedra natural.
 - 4.7. Ordenamento/Requalificação/Regeneração de áreas industriais degradadas, promovendo novas centralidades, e novas referencias para a implantação de empresas qualificadas e ligadas à inovação, outras atividades conexas.
 - 4.8. Reconversão e/ou reconversão paisagística das áreas agredidas pela indústria da pedra natural (extração e transformação).

MEDIDAS ESTRATÉGICAS

As medidas decorrem dos objetivos estratégicos, contribuindo para a prossecução dos mesmos, e para a concretização da visão. Estas medidas serão estabelecidas ao longo da fase de proposta de Plano, e deverão estar alinhadas com o conteúdo material e documental do plano, com especial enfoque na carta de ordenamento, regulamento e programa de execução e financiamento.

Esquema do Modelo de Desenvolvimento Territorial – MDT -

O Modelo de Desenvolvimento Territorial (MDT) corresponde a uma síntese prospetiva do que se quer para o Concelho de Sintra. Tratando-se de um esquema, não poderá obviamente retratar todas as políticas e todos os sistemas que estão na base do seu desenvolvimento, até porque os territórios não têm limites físicos lineares, e a complexidade das cidades aponta para organizações mais complexas do que as sistémicas, sendo claramente holísticas (o todo é mais do que a soma das partes).

Assim, o MDT de Sintra procurou sintetizar políticas (eixos estratégicos) por unidades territoriais que partilham semelhanças, e estabelecer as ligações necessárias para que o sistema (cidade / território) funcione da forma mais íntegra possível. Identificaram-se áreas com vocações / potencialidades específicas que poderão impulsionar um território mais competitivo e diversificado. Valorizou-se a existência de uma Estrutura Ecológica Municipal (EEM) interligada com a Rede Ecológica Metropolitana (PROTAML), contribuindo para a valorização do território municipal e da região.

Figura 1 – Modelo de Desenvolvimento Territorial de Sintra (MDT)



O MDT é composto por unidades territoriais, sistema urbano, polos de desenvolvimento, estrutura ecológica, sistemas de circulação e mobilidade, e praias.

As unidades territoriais estabelecem áreas cujos objetivos setoriais são coincidentes, e às quais são atribuídas denominações que se prendem com o principal objetivo. Assim, são identificadas as seguintes unidades:

- a) Cidade policêntrica;
- b) Zona económica especializada;
- c) Serras;
- d) Ruralidade atlântica;
- e) Litoral urbano;
- f) Interior agrícola;

O sistema urbano resulta de uma adaptação do sistema urbano identificado em sede de diagnóstico, realçando os núcleos urbanos que devem “subir de nível” através do reforço da sua centralidade e diversificação de usos. Tal não prejudica o reforço dos que se mantêm, mas procura essencialmente equilibrar o território, criando mais centralidades e reduzindo os movimentos pendulares. O eixo urbano é dividido pela estrutura ecológica municipal em quatro núcleos ou cidades, sendo que duas (Sintra e Agualva Cacém) são eminentemente administrativas porque têm condições para suportar serviços públicos essenciais, e as outras duas (Algueirão Mem Martins e Queluz Massamá) devem procurar corrigir as carências, qualificar o espaço público e ambiente urbano, e melhorar a sua diversidade (usos), contribuindo para uma maior resiliência e fixação de população (mais emprego e redução de movimentos pendulares) transformando-se em cidades equilibradas e atrativas (algo que as de 1.º nível / administrativo têm também de assegurar).

São identificados três polos de desenvolvimento, que devem preferencialmente desenvolver-se de forma concertada, nos domínios da indústria, serviços (terciário e logística) e tecnologia, sendo que todos devem apostar na investigação e desenvolvimento (I&D) como ferramenta essencial à competitividade das empresas e do capital humano. Um quarto elemento associado aos polos de desenvolvimento é a plataforma aeroportuária da base aérea n.º1 que deverá ver a sua função reforçada com a passagem de atribuições do aeroporto de Figo Maduro, e com a sempre possível utilização civil e comercial (nomeadamente para voos privados e comerciais de baixo custo).

A estrutura ecológica identifica os principais corredores ambientais que associados a sistemas sensíveis devem ser preservados e valorizados criando um sistema integrado que se relaciona com a Rede Ecológica Metropolitana (PROTAML). Ligam as unidades de maior valor patrimonial natural (Serra de Sintra e Serra da Carregueira) e garantem a conectividade dos vários sistemas, sobre a qual se podem desenvolver várias usos, nomeadamente os associados ao desporto e lazer em ambiente natural. Esta estrutura ecológica garante a ligação entre sistemas ecológicos associados a linhas de água e a interrupção do chamado “corredor urbano”, servindo de catalisador e elemento valorizador do tecido urbano. Ao nível das cidades destaca-se a necessidade de abertura dos corredores naturais urbanos, nomeadamente os associados às linhas de água, essenciais na mitigação do risco e na valorização do espaço público, com benefícios para a qualidade de vida e imagem da cidade.

Os sistemas de circulação e mobilidade identificam a rede rodoviária e ferroviária existente e programada de nível nacional e metropolitano. Denota-se apenas a necessidade de reforço da mobilidade intraconcelhia e intercidade policêntrica como fator de competitividade para a localização de atividades económicas.

Ao nível das praias são identificadas e classificadas as praias em função da sua natureza e capacidade de carga, traduzindo-se numa proposta de utilização que visa orientar o futuro desejável, usando a metodologia da APA, e constituindo uma proposta de revisão para o PDM e para o POOC. Este tema é desenvolvido num documento anexo.

Unidades Territoriais

Conforme referido “as unidades territoriais estabelecem áreas cujos objetivos setoriais são coincidentes, e às quais são atribuídas denominações que se prendem com o principal objetivo”. Seguidamente apresentam-se as seis unidades territoriais e seus objetivos específicos, que devem ser cumulativos aos eixos e objetivos estratégicos já estabelecidos.

“CIDADE POLICENTRICA”

O eixo urbano de Sintra, pela sua génese e natureza, encontra-se relativamente delimitado entre o IC19 e a A16, embora abranja também territórios menos estruturados entre o IC19 e a A5.

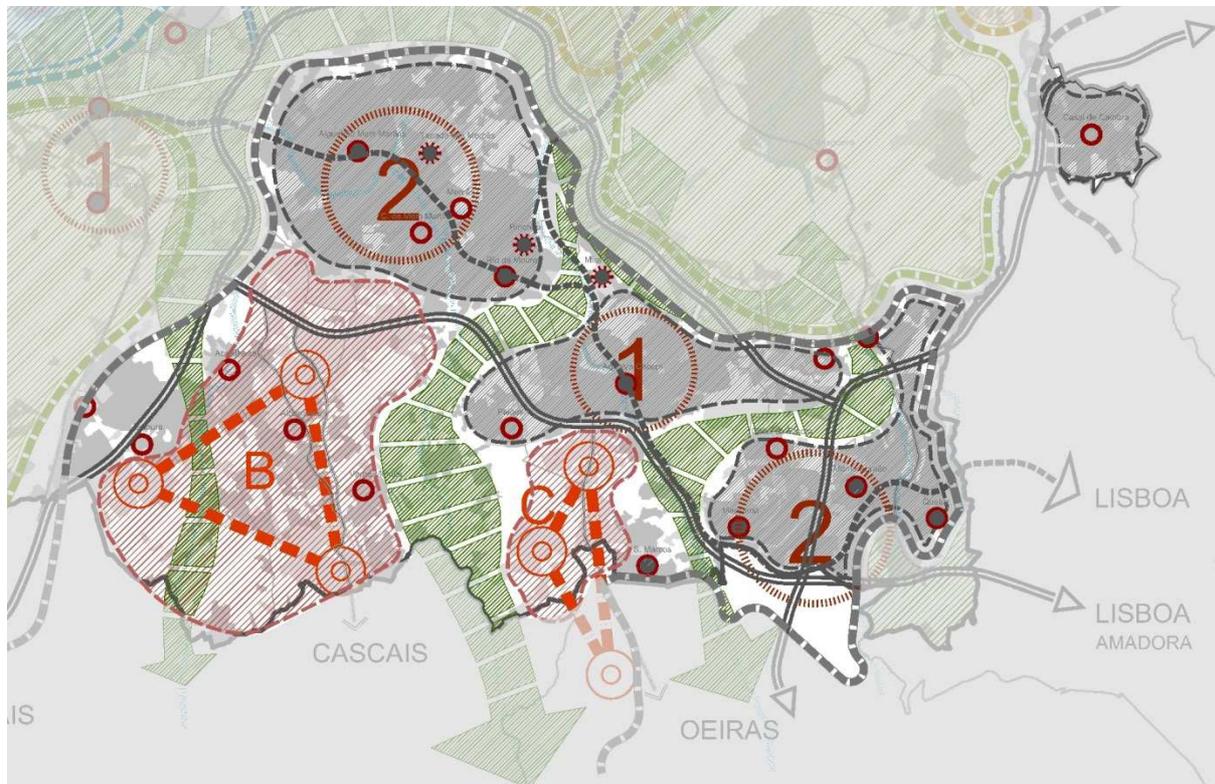
O eixo urbano corresponde a áreas urbanas, consolidadas, infraestruturadas e equipadas, embora haja um significativo défice na oferta de espaços públicos qualificados e de espaços verdes de utilização coletiva (ausência de espaços que criem e desenvolvam processos identitários e que contribuam para a qualidade de vida). Tratam-se de espaços que devem ser tratados a nível macro (integrar as cidades num sistema mais vasto) e a nível micro (requalificação urbana / “acupuntura urbana”). A intervenção é essencial, uma vez que a principal “massa crítica” do concelho (a população) encontra-se aqui concentrada.

A zona sul do eixo urbano corresponde aos territórios multifacetados e não completamente estabilizados, organizados e consolidados, a sul do IC19. Compreendem zonas residenciais e industriais que assumem-se como polos (alguns bastante importantes) relativamente dispersos, sem especial lógica territorial. Nesta área destaca-se o triângulo industrial e empresarial Abrunheira / Albarraque e o Parque Ciência e Tecnologia da Região de Lisboa, com o aproveitamento das sinergias existentes no “Tagus Park” e das infraestruturas existentes no local (ex-projeto do Campus Univ. da UCP).

Para o efeito foram definidos objetivos que passam:

- a) Criação de condições para o reforço das centralidades, através da diversificação de usos (combate à monofuncionalidade habitacional) e da requalificação dos espaços urbanos centrais;
- b) Melhoria da qualidade de vida das populações (espaço público, equipamentos, esp. verdes, infraestruturas, apoio social, transportes e mobilidade) através de intervenções integradas que progressivamente vão elevando os padrões de qualidade do solo urbano enquanto substrato da atividade humana;
- c) Aumentar a competitividade e atratividade dos polos industriais e empresariais, através da sua articulação, ordenamento e aposta na investigação e desenvolvimento (constituindo espaços essenciais para a criação de emprego e retenção da população jovem e ativa).

Figura 2 – Unidade Territorial “Cidade policentrica”



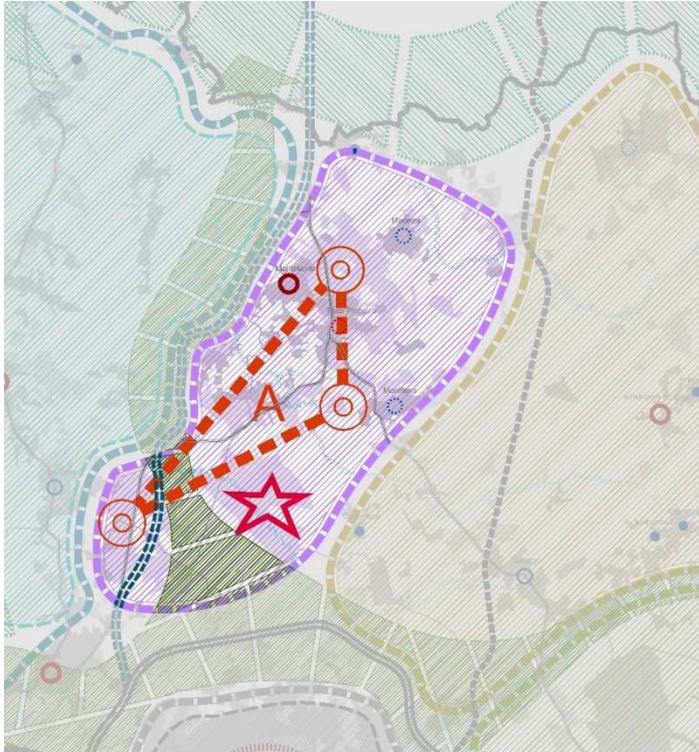
“ZONA ECONOMICA ESPECIALIZADA”

O espaço compreendido entre a Base Aérea n.º1 e os núcleos com importância histórica na indústria da Pedra (Pêro Pinheiro, Maceira e Montelavar), encontra-se fragmentado, onde várias componentes importantes do concelho (núcleos urbanos c/ valor histórico, zonas industriais e cultura saloia / agricultura) convivem de forma pouco organizada, e por isso de forma não qualificada e competitiva.

Assim, para este território são definidos os seguintes objetivos:

- a) Potenciar o aproveitamento dos recursos endógenos do território (recursos geológicos e solo - potencial agrícola e florestal -;
- b) Promover a regeneração do território (ex: reconversão paisagística de pedreiras);
- c) Dinamizar a indústria existente e potenciar usos complementares associados à investigação e desenvolvimento (I&D), criando um núcleo (“cluster”) competitivo onde a inovação é indissociável da competitividade.

Figura 3 – Unidade Territorial “Zona económica especializada”



“SERRAS”

A Serra de Sintra e a Serra da Carregueira constituem simultaneamente áreas de elevado valor ecológico, natural e paisagístico, e onde coincidem alguns recursos aquíferos (Atrozela e Vale de Lobos). Neste sentido os principais objetivos passam:

- Preservação e valorização dos valores existentes (património natural e cultural);
- Aumento da oferta turística, apostando na sua diversidade e qualidade (produtos distintos e de qualidade), sempre numa perspetiva sustentável, ou seja, que tal aumento seja monitorizado de forma a não prejudicar outros sistemas de elevada importância (ex: qualidade ambiental e patrimonial, coesão social, etc);
- Requalificação urbana e patrimonial do Centro Histórico de Sintra como âncora de identidade (população residente) e de competitividade (“marca Sintra”) do Município.

A ligação entre a Serra de Sintra e a Serra da Carregueira é garantida através de um corredor ecológico, associado à A16, que além de ligar os espaços nascente e poente do concelho, comprime e remata o eixo urbano de Sintra.

Figura 4 – Unidade Territorial “Serras”



“RURALIDADE ATLÂNTICA”

A “Ruralidade Atlântica”, corresponde em grande parte ao PNSC, e compreende importantes sistemas naturais, sejam os associados à orla costeira, às bacias hidrográficas e seus sistemas ecológicos, como a áreas de elevado valor natural que ocorrem ao longo de toda a extensão deste território, nomeadamente ao longo das cabeceiras das linhas de água. Compreendem pequenos aglomerados (2.º e 3.º nível no sistema urbano), com identidade e história, mas que têm vindo a perder força decorrente da dispersão urbana.

É adjacente à orla costeira que compreende uma faixa de elevado valor para o turismo da natureza e lazer.

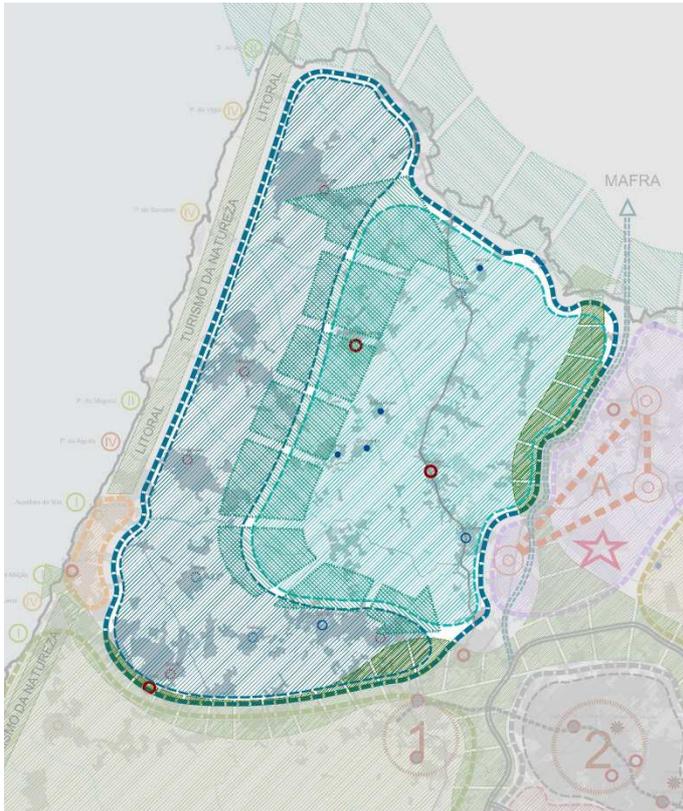
Assim, os principais objetivos passam:

- Conter e concentrar os aglomerados urbanos (combater a dispersão urbana e valorizar os núcleos existentes) elevando a função de algumas centralidade ao nível do sistema urbano;
- Apostar na preservação e valorização dos centros urbanos, como espaços privilegiados à concentração de atividades e vida cívica, e à definição da sua identidade;
- Fomentar o aproveitamento económico do solo, através da agricultura, do aproveitamento florestal e do turismo rural, numa perspetiva de sustentabilidade (económica e social) e de competitividade (produtos para consumo interno e externo).

O combate à dispersão urbana, relaciona-se com a contenção dos núcleos urbanos, que é uma estratégia transversal a todo o MDT, como forma de valorizar o existente (favorecimento da reabilitação e regeneração urbana), ser económico e sustentável (infraestruturas e transportes) e de combater estratégias (como a admissão da dispersão urbana como forma de

aproveitamento do território) que podem retirar força à necessidade de concentração, valorização e qualificação que se verifica em quase todos os núcleos urbanos.

Figura 5 – Unidade Territorial “Ruralidade Atlântica”

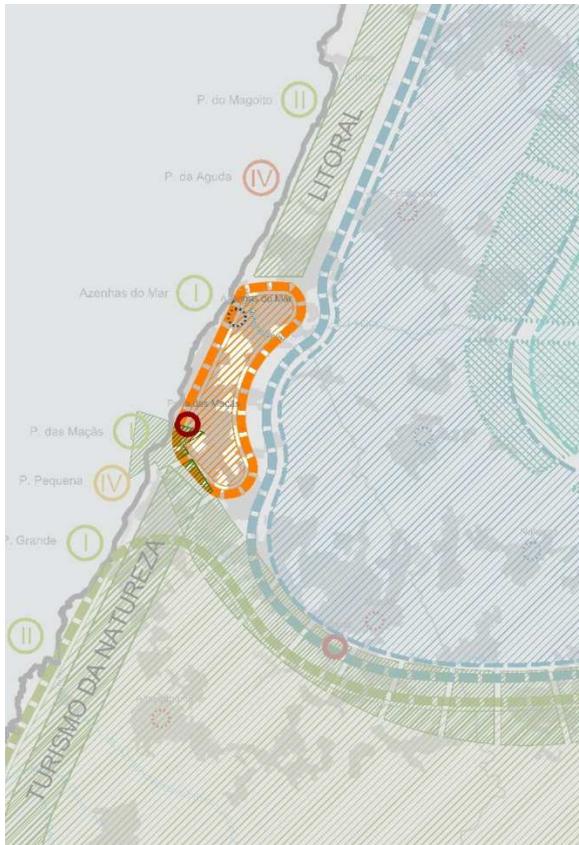


Este território relaciona-se de forma muito próxima com a Serra de Sintra e com a orla costeira, sendo que os seus sistemas (seja do domínio do espaço natural ou espaço construído / infraestruturas) estão ligados. Verifica-se a existência de um corredor central, com eixo de orientação norte / sul, compreende áreas de valor ecológico que têm uma função central na ligação entre os vários subsistemas associados às bacias e que se desenvolvem de forma perpendicular a este eixo até encontrar a orla costeira.

“LITORAL URBANO”

A pequena unidade “litoral urbano” cinge-se ao território compreendido entre a Praia das Maças e Azenhas do Mar, mas que adquire funções de centralidade não verificáveis em qualquer outro local na orla costeira. Trata-se de um local privilegiado que suporta funções habitacionais e atividades económicas, suportadas por equipamentos e serviços, que fazem deste espaço um lugar resiliente à sazonalidade que caracteriza a orla costeira. Trata-se igualmente de um dos poucos espaços que suporta a atividade turística de maior dimensão, em estreita relação com a orla costeira, e com as áreas balneares de maior capacidade.

Figura 6 – Unidade Territorial “Litoral Urbano”



Para esta unidade foram estabelecidos os seguintes objetivos:

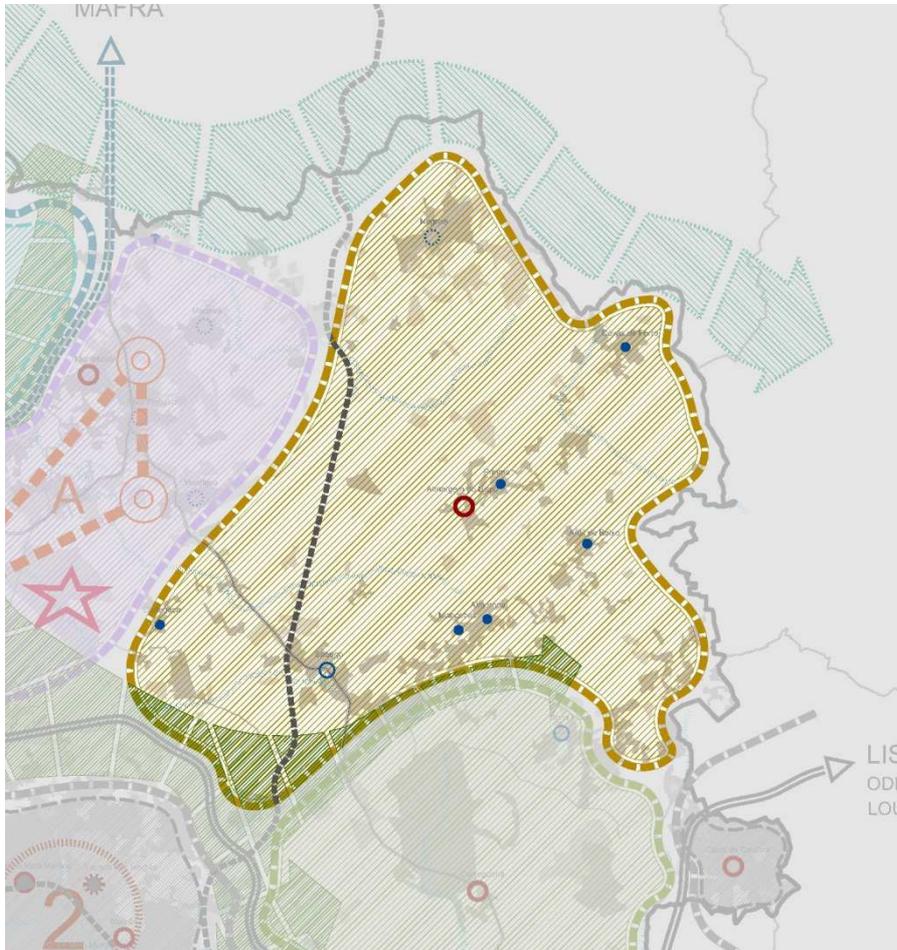
- a) Criar e potenciar uma oferta turística qualificada e diversificada (tenho por base a qualidade do produto e a excecionalidade do território);
- b) Criação e valorização de atividades associadas à orla costeira como suporte à atividade lúdica e turística (uma maior e melhor oferta de atividades resulta numa maior atratividade);
- c) Reforço da centralidade e otimização do solo urbano (combate à dispersão urbana);

“INTERIOR RURAL”

Os espaços a nordeste correspondem a uma grande zona húmida com forte potencial agrícola, onde o cadastro ainda não se encontra muito fracionado. Para esta área são definidos objetivos que passam por:

- a) Potenciar e aumentar o aproveitamento agrícola do solo;
- b) Conter e concentrar os aglomerados urbanos (combater a dispersão urbana e valorizar os núcleos existentes);
- c) Reconverter as pedreiras abandonadas (reconversão paisagística).

Figura 7 – Unidade Territorial “Zona rural”



ANEXO I

ANÁLISE SWOT

AMBIENTE INTERNO	FORÇAS	FRAQUEZAS
	<ul style="list-style-type: none"> ▪ PATRIMÓNIO EXCECIONAL: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Património natural e construído de valor excecional (Património Mundial UNESCO, Rede Natura 2000, PNSC, Orla Costeira, Serra da Carregueira e alguns núcleos com notoriedade histórica, cultural, arquitetónica e paisagística). ▪ Orla costeira natural, diversificada e com potencial para suporte de atividades turísticas, de lazer e ócio. ▪ Significativo número de monumentos e sítios arqueológicos classificados dispersos pelo concelho (dispersão patrimonial como fator de equilíbrio e atratividade de vários locais). ▪ Centro Histórico de Sintra enquanto principal âncora de identidade da população do concelho. ▪ RECURSOS NATURAIS E QUALIDADE AMBIENTAL: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Existência de recursos naturais de valor geológico e biogeográfico (solo, subsolo e biofísico) e qualidade ambiental (ar, água e solo). ▪ Elevada percentagem do território concelho ocupada por áreas agrícolas, agroflorestais e florestais, com potencial de crescimento, e em presença de elementos diferenciadores. ▪ POPULAÇÃO / CAPITAL HUMANO: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Segundo concelho mais populoso do País, com uma população multicultural, diversificada, e jovem, crescentemente instruída e qualificada. ▪ SIGNIFICATIVO PESO EMPRESARIAL E DINÂMICA ECONÓMICA: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Segundo concelho da Grande Lisboa com maior número de empresas, e com uma taxa de atividade superior à da AML e do País. ▪ Diminuição da dependência externa e aumento das exportações (principalmente para fora da UE). ▪ Grande representatividade de ativos no setor secundário no contexto da AML. ▪ CRESCENTE VALORIZAÇÃO DA IDENTIDADE, CULTURA E DOS PRODUTOS CONCELHIOS: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Imagem promocional própria (marca “Sintra”) conhecida internacionalmente e com forte atratividade turística. ▪ Existência de indústrias culturais e criativas, e de uma forte componente cultural. ▪ Mudança nos perfis de consumo e comportamentos (procura de produtos de origem local e/ou biológicos, valorização crescente das hortas urbanas e da fruição do espaço público). ▪ EQUIPAMENTOS DE UTILIZAÇÃO COLETIVA E APOIO SOCIAL: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Aumento da oferta pública de equipamentos, em quantidade e qualidade (jardins de infância, escolas, cultura, lazer e desporto). ▪ Existência de projetos de cariz social e de apoios às famílias mais carenciadas (Centro de Emergência Social, Ajuda Alimentar, Apoio ao Imigrante e outros). ▪ REDE DE INFRAESTRUTURAS E MELHORIAS NA MOBILIDADE: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Corredor urbano bem servido por infraestruturas rodo e ferroviárias, com forte utilização dos transportes públicos. ▪ Diluição do peso de Lisboa enquanto destino da população que efetua deslocações (trabalho / residência), e elevada percentagem da população que efetua deslocações trabalha ou estuda na freguesia de residência (30%). ▪ Existência de infraestruturas aeroportuárias. ▪ Aposta sistemática na renovação e modernização das infraestruturas, numa perspetiva de sustentabilidade do sistema, e de uso eficiente dos recursos água e energia. ▪ Grande diversidade nas tipologias de serviços de telecomunicações prestados (bom indicador de desenvolvimento). ▪ Sistema eficiente de recolha, tratamento e reciclagem de RSU (98% da pop. abrangida). 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ DEGRADAÇÃO DA PAISAGEM, AMBIENTE E PATRIMÓNIO <ul style="list-style-type: none"> ▪ Degradação da paisagem natural e construída (exploração de recursos, atividades não compatíveis e espaços construídos dissonantes e não integrados na paisagem). ▪ Dispersão urbana (especialmente na zona rural). ▪ Reduzida valorização do Património (requalificação, divulgação, promoção) disseminado pelo Concelho. ▪ Elevado número de Áreas Urbanas de Gênese Ilegal (AUGI) sem processo de reconversão concluído (aprox. 3% da área do concelho). ▪ Existência de significativos espaços industriais obsoletos, desordenados e/ou degradados. ▪ EMPREGO E QUALIFICAÇÃO: <ul style="list-style-type: none"> ▪ População pouco qualificada e progressivamente envelhecida (aumento do índice de envelhecimento e diminuição da taxa de natalidade). ▪ Perda da capacidade atrativa e inversão da taxa de crescimento migratório. ▪ Taxa de desemprego elevada (superior à da AML e do País). ▪ POTENCIAL ESGOTAMENTO DE RECURSOS NATURAIS: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Esgotamento dos recursos geológicos (pedreiras) e indústria transformadora em declínio. ▪ POUCA ATRATIVIDADE DOS PRINCIPAIS AGLOMERADOS DO EIXO URBANO E DO PARQUE HABITACIONAL (QUALIDADE DE VIDA): <ul style="list-style-type: none"> ▪ Prevalência de algumas características suburbanas em áreas com forte componente habitacional e reduzida oferta de comércio e serviços de caráter local que as tomem mais sustentáveis (monofuncionalidade). ▪ Áreas urbanas com constrangimentos a nível social (exclusão social, insegurança) e urbanístico (carência de espaços públicos de qualidade (verdes ou não) e de alguns equipamentos). ▪ Subaproveitamento do parque habitacional (elevado número de fogos vagos) ao mesmo tempo que se verifica uma carência na oferta de habitação social. ▪ DEFICIÊNCIAS NA PRESTAÇÃO DE ALGUNS SERVIÇOS / EQUIPAMENTOS: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Subsistência de várias carências ao nível dos equipamentos públicos que servem a população, nomeadamente na saúde, infância e juventude, apoio à 3.ª idade, educação (algumas zonas e unidades de ensino especial), e disponibilidade de áreas desportivas, aos quais se juntam a elevada taxa de ocupação dos cemitérios. ▪ FRACA COMPETITIVIDADE ECONÓMICA E DEPENDÊNCIA <ul style="list-style-type: none"> ▪ Fraca competitividade do tecido empresarial (criação de emprego, inovação, criação de valor / volume de negócios, qualificação dos trabalhadores, estrutura atomizada dos setores mais tradicionais / desarticulação empresarial), e consequente défice de atividades ligadas ao setor terciário mais qualificado. ▪ Excessiva dependência aos municípios vizinhos (mais de 100 000 residentes têm que efetuar deslocações pendulares para outro município) e prevalência do transporte individual (mais de 55% das deslocações). ▪ Perda da importância da agricultura e redução da atividade pecuária (exploração). ▪ Deficiências na oferta turística (baixa estada média do turista, reduzida oferta de alojamentos turísticos qualificados). ▪ Pouca articulação entre empresas e universidades nos domínios das atividades de I&D. ▪ DEFICIENTE CONETIVIDADE URBANA E INTERMODALIDADE DE TRANSPORTES: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Fraca intermodalidade nos interfaces existentes (e em reduzido número), aliada a um elevado número de operadores de transportes públicos, não articulados, e com défice de serviço na zona rural. ▪ Rede viária local subdimensionada dentro de alguns aglomerados, sobretudo no eixo urbano, e condicionada na sua beneficiação por constrangimentos físicos. ▪ Deficiente conectividade entre centralidades urbanas. ▪ Linha do Oeste subaproveitada ▪ Inexistência de uma rede ciclável. ▪ SUBSISTÊNCIA DE ALGUMAS CARÊNCIAS AO NÍVEL DO SERVIÇO PRESTADO PELAS INFRAESTRUTURAS: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Carências ao nível das infraestruturas primárias (gás e saneamento), e excessiva dependência externa (abastecimento de água). ▪ Deficiências ao nível do escoamento nas bacias das linhas de água, sobretudo naquelas onde se verificou maior impermeabilização. ▪ Reduzida quantidade de resíduos provenientes de recolha seletiva, face ao universo metropolitano e nacional, e ao esforço financeiro realizado.

AMBIENTE EXTERNO	<ul style="list-style-type: none"> ▪ AMBIENTE FAVORÁVEL AO AUMENTO DA COMPETITIVIDADE E AO DESENVOLVIMENTO: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Programas de apoio ao desenvolvimento (novo quadro comunitário de apoio - Portugal 2020, PDR 2020, iniciativa JESSICA, Quadro de Ação Regional 2014-2020, entre outros) ▪ Medidas de apoio e iniciativas ao investimento económico em Sintra. ▪ Integração na AML / proximidade à capital / proximidade ao Tagus Park (conjunto de vantagens competitivas). ▪ Existência de estratégias intermunicipais para a competitividade. ▪ Aposta crescente em empresas inovadoras, incubadoras e “start-ups”, especialização industrial de alguns setores constituindo potencial para a economia local (I&D). ▪ Novos enquadramentos legais que favorecem o ordenamento do território (Nova Lei de bases gerais da política pública de solos, de ordenamento do território e de urbanismo), a reabilitação urbana (RJRU), o licenciamento (RJUE), entre outros direcionados para uma maior sustentabilidade dos sistemas e uma maior eficiência da administração pública. ▪ TURISMO INTERNACIONAL EM CRESCIMENTO: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Diversidade e qualidade dos recursos naturais, permitindo a dinamização do setor turístico em segmentos onde a procura tem crescido, como o pedestrianismo, a escalada, o surf e outros desportos / atividades de natureza. Destaca-se o surf pela economia associada e inserção no enclave Cascais / Ericeira /Peniche. ▪ Continuidade da aposta na valorização da zona classificada como Património Mundial, dada a sua capacidade de projeção do concelho a nível internacional. ▪ Articulação de Sintra com outros concelhos para criação de rotas ligadas ao Património. ▪ ESTIMULOS À POPULAÇÃO E AOS SERVIÇOS / EQUIPAMENTOS DE APOIO (QUALIDADE DE VIDA NAS CIDADES) <ul style="list-style-type: none"> ▪ Crescente importância do planeamento, reabilitação e qualificação urbana na qualidade de espaço público, como forma de ancorar o principal valor das cidades, o capital humano. ▪ Crescente consciencialização da necessidade de uma política integrada de estímulo à natalidade e uma maior preocupação e sensibilização para com o envelhecimento ativo. ▪ Reutilização/Readaptação de equipamentos para o desenvolvimento de novos modelos de resposta social. ▪ Aparecimento de novas respostas à supressão de carências de equipamentos, fora da esfera do Estado. ▪ Crescente valorização e procura da oferta cultural. ▪ Existência de bases de suporte para que seja dada continuidade à implementação de políticas de mobilidade sustentável. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ RISCOS NATURAIS <ul style="list-style-type: none"> ▪ Exposição a riscos geológicos / naturais (incêndios e desastres naturais). ▪ Efeito das alterações climáticas na orla costeira, e no concelho. ▪ PRESSÃO URBANÍSTICA <ul style="list-style-type: none"> ▪ Pressão urbanística em zonas que ainda preservam características naturais (zona litoral, parque natural, áreas de sensibilidade ambiental e paisagística). ▪ Pressão turística em áreas de valor patrimonial (natural e construído). ▪ AGRAVAMENTO DA SITUAÇÃO SOCIAL DO PAÍS (POPULAÇÃO) <ul style="list-style-type: none"> ▪ Aumento dos problemas sociais: violência doméstica, exclusão social e pobreza das famílias. ▪ Elevado índice de envelhecimento e reduzida taxa de natalidade, a nível nacional, com consequências no défice de renovação das gerações. ▪ Diminuição dos fluxos imigratórios internacionais, intensificação dos fluxos emigratórios nacionais e a saída de estrangeiros. ▪ Desestruturação das redes de solidariedade primárias na prestação de cuidados às crianças, jovens e idosos. ▪ Possibilidade de aumento dos custos associados à mobilidade e transportes. ▪ AUSÊNCIA DE GOVERNÂNCIA, INVESTIMENTO E COMPETITIVIDADE <ul style="list-style-type: none"> ▪ Reduzida resiliência ao contexto económico, social e financeiro global. ▪ Capacidade atrativa e competitividade de concelhos vizinhos, num contexto de nulo ou fraco crescimento regional e nacional (emprego, habitação, qualidade de vida / espaço público, equipamentos, cultura, transportes e mobilidade). ▪ Diminuição da capacidade financeira das Autarquias para suprimir as carências com novos equipamentos ou com a requalificação dos existentes. ▪ Constrangimentos financeiros para recuperar e salvaguardar o património histórico. ▪ Competitividade global no sector da pedra natural (desvalorização do recurso). ▪ Descoordenação em matéria de acessibilidades e transportes a nível regional e, dificuldade em levar os operadores de transportes a aumentar percursos e frequências em meio rural.
	OPORTUNIDADES	AMEAÇAS

ANEXO II

MODELO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

UNIDADES TERRITORIAIS / OBJETIVOS

CIDADE POLICENTRICA

- REFORÇO DAS CENTRALIDADES (diversificação de usos e requalificação dos espaços centrais)
- MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA DAS POPULAÇÕES (espaço público, equipamentos, esp. verdes, infraestruturas, apoio social, transportes e mobilidade)
- AUMENTAR A COMPETITIVIDADE E ATRATIVIDADE DOS POLOS INDUSTRIAIS E EMPRESARIAIS (I&D)

ZONA ECONOMICA ESPECIALIZADA

- POTENCIAR O APROVEITAMENTO DOS RECURSOS ENDÓGENOS DO TERRITÓRIO (recursos geológicos e solo)
- PROMOVER A REGENERAÇÃO DO TERRITÓRIO
- DINAMIZAR A INDÚSTRIA E POTENCIAR USOS COMPLEMENTARES ASSOCIADOS À I&D ("cluster" competitivo, onde a inovação é indissociável da competitividade)

SERRAS

- PRESERVAÇÃO E VALORIZAÇÃO DOS VALORES EXISTENTES
- AUMENTO DA OFERTA TURÍSTICA NUMA PERSPETIVA SUSTENTÁVEL
- REQUALIFICAÇÃO URBANA E PATRIMONIAL DO CENTRO HISTÓRICO DE SINTRA COMO PRINCIPAL ÂNCORA DE IDENTIDADE

RURALIDADE ATLÂNTICA

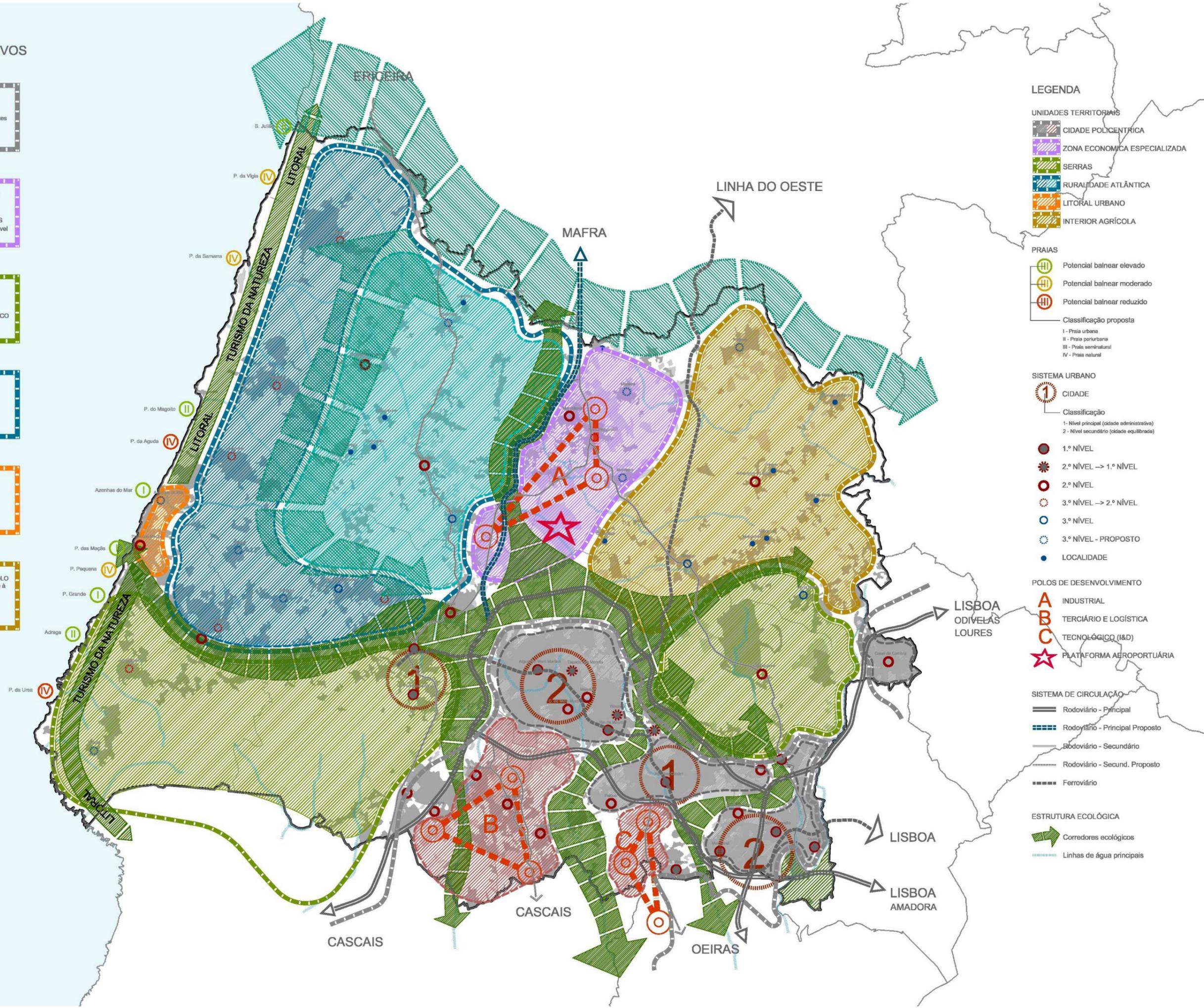
- CONTER E CONCENTRAR OS AGLOMERADOS URBANOS ELEVANDO A FUNÇÃO DE ALGUMAS CENTRALIDADES NO SISTEMA URBANO
- PRESERVAÇÃO E VALORIZAÇÃO DOS CENTROS URBANOS
- FOMENTAR O APROVEITAMENTO ECONÓMICO DO SOLO (agricultura, floresta e turismo)

LITORAL URBANO

- CRIAR E POTENCIAR UMA OFERTA TURÍSTICA QUALIFICADA E DIVERSIFICADA
- CRIAÇÃO E VALORIZAÇÃO DE ATIVIDADES ASSOCIADAS À ORLA COSTEIRA COMO SUPORTE À ATIVIDADE LÚDICA E TURISMO
- REFORÇO DA CENTRALIDADE E OTIMIZAÇÃO DO SOLO URBANO

INTERIOR AGRÍCOLA

- POTENCIAR E AUMENTAR O APROVEITAMENTO AGRÍCOLA DO SOLO
- CONTER E CONCENTRAR OS AGLOMERADOS URBANOS (combate à dispersão urbana e valorização dos núcleos existentes)
- RECONVERTER AS PEDREIRAS ABANDONADAS



LEGENDA

- UNIDADES TERRITORIAIS**
- CIDADE POLICENTRICA
 - ZONA ECONOMICA ESPECIALIZADA
 - SERRAS
 - RURALIDADE ATLÂNTICA
 - LITORAL URBANO
 - INTERIOR AGRÍCOLA

- PRAIAS**
- Potencial balnear elevado
 - Potencial balnear moderado
 - Potencial balnear reduzido
- Classificação proposta**
- I - Praia urbana
 - II - Praia periurbana
 - III - Praia seminatural
 - IV - Praia natural

- SISTEMA URBANO**
- 1** CIDADE
- Classificação**
- 1 - Nível principal (cidade administrativa)
 - 2 - Nível secundário (cidade equilibrada)
- 1.º NÍVEL
 - 2.º NÍVEL → 1.º NÍVEL
 - 2.º NÍVEL
 - 3.º NÍVEL → 2.º NÍVEL
 - 3.º NÍVEL
 - 3.º NÍVEL - PROPOSTO
 - LOCALIDADE

- POLOS DE DESENVOLVIMENTO**
- A INDUSTRIAL
 - B Terciário e Logística
 - C TECNOLÓGICO (I&D)
 - ★ PLATAFORMA AEROPORTUÁRIA

- SISTEMA DE CIRCULAÇÃO**
- Rodoviário - Principal
 - Rodoviário - Principal Proposto
 - Rodoviário - Secundário
 - Rodoviário - Secund. Proposto
 - Ferroviário

- ESTRUTURA ECOLÓGICA**
- Corredores ecológicos
 - Linhas de água principais

ANEXO III

PROPOSTA DE CLASSIFICAÇÃO DAS PRAIAS

Assunto: CLASSIFICAÇÃO E ORDENAMENTO DO TIPO DE PRAIAS

I

POOC Sintra-Sado

Estratégia de ordenamento

Sobre os planos de praia e classificação tipológica das praias está definido o seguinte em PEOT:

1. Salvaguarda dos troços mais sensíveis
2. Desincentivo do uso de praias e da sua infraestruturização das que não reúnem condições de segurança.
- Azenhas do Mar e Praia Pequena do Rodízio. (Aguda, Fontanelas)
3. Descompressão das praias que tenham um enquadramento natural, a manter e a potenciar.
- Praia da Samarra e Ursa (poderia também ser Praia da Vigia)
4. Condicionamento da procura balnear e da infraestruturização das praias que tenham um incontestável valor natural e recreativo.
- Praia da Vigia e Adraga (poderia também ser Praia da Samarra)
5. Manutenção da carga nos troços de grande afluência balnear, mais estabilizados natural ou artificialmente.
- Praia das Maçãs e Grande do Rodízio

II

Requisitos de classificação

Os conceitos e critérios inerentes à classificação das praias, tal como apresentados em POOC, são os seguintes:

1. Capacidade de carga

Número de indivíduos de uma dada espécie que um ecossistema ou paisagem consegue suportar indefinidamente sem degradação.

A capacidade de carga teórica é calculada cruzando a área útil de praia com a área de conforto de cada utente, tendo em atenção o seu potencial de uso balnear.

2. Potencial de uso balnear

Considera-se o espaço de uso balnear com capacidade de responder à procura e de absorver as pressões daí derivadas, em atenção à capacidade de carga.

- Potencial muito elevado. Praia das Maças e Praia Grande. (7 a 10 m²/utente)
- Potencial elevado. Praia de São Julião, Magoito. (10 a 15 m²/utente)
- Potencial moderado. Praia da Vigia, Aguda e Adraga. (15 a 20 m²/utente)
- Potencial reduzido. Azenhas do Mar, Ursa. (20 a 30 m²/utente)
- Potencial muito reduzido. Praia Pequena.

3. Área útil de praia

Corresponde a uma faixa de areal até 50m de profundidade entre a linha média da maré até ao primeiro obstáculo morfológico (enrocamento, arribas ou dunas). No caso das praias em litoral de arribas, entende-se que o facto da faixa de proteção ao sopé da arriba poder ocupar a totalidade do areal e lembrando o ambiente urbano em que se desenvolve este POOC, houve em atenção esta consideração.

Longitudinalmente considera-se a praia ao longo dos seus acessos, considerando um máximo de 500m desde o acesso e os 250m para uma capacidade da carga maior, 7m²/utente e a partir daí os 10m²/utente.

III

Classificação das praias em POOC

A proposta de classificação das praias, neste capítulo, é feita de acordo com o que está proposto no POOC e com os seus critérios. Posteriormente, em atenção ao Decreto-Lei n.º 159/2014, de 24 de Julho, será feita a correspondência legal entre a proposta de classificação e as tipologias equivalentes.

1. Praia urbana com uso intensivo – (I)

- Azenhas do Mar e Praia das Maças

2. Praia não urbana com uso intensivo – (II)

- Praia Grande do Rodízio.

3. Praia equipada com uso condicionado – (III)

- S. Julião, Magoito e Adraga.

4. Praia não equipada com uso condicionado – (IV)

- Vigia, Samarra, Aguda, Pequena do Rodízio e Ursa.

5. Praia com uso restrito – (V)

IV

Síntese da capacidade de carga e classificação das praias

Quadro n.º 1 – Classificação das praias balneares no POOC – Sintra/Sado (2003)

PRAIA	POTENCIAL BALNEAR	TOTAL UTENTES	CLASSIFICAÇÃO
S. Julião	Elevado	3.137	III
Vigia	Moderado	2.836	IV
Samarra	Reduzido	130	IV
Magoito	Elevado	2.269	III
Aguda	Moderado	490	III
Azenhas do Mar	Reduzido	60	I
Praia das Maçãs	Muito elevado	3.067	I
Pequena do Rodízio	Muito reduzido	0	IV
Grande do Rodízio	Muito elevado	4.496	II
Adraga	Moderado	861	III
Ursa	Reduzido	246	IV

V

PROPOSTA DE CLASSIFICAÇÃO DA CMS

1. Existe uma necessidade de adequar e capacitar a utilização da praia de acordo com a realidade que se vem praticando ao longo dos últimos anos e que não se revê na classificação publicada no POOC Sintra-Sado (POOC).

O POOC, no documento Projeto, Volume II, Relatório (Fevereiro de 2002), determina a **Definição e espacialização das vocações e potencialidades da área do POOC, estratégia de classificação e ordenamento das praias.**

Com esta estratégia o POOC pretendeu criar as bases para o uso racional da praia, em salvaguarda das condições naturais, prevenindo a possibilidade de situações de rotura por excesso de carga antrópica sobre o meio.

2. O projeto de dimensionamento para a utilização da praia, número máximo de utentes por praia, foi realizado calculando a capacidade de carga adequada aos fins ambientais e balneares que se entendem convenientes a cada espaço. A capacidade de carga proposta é um conceito teórico que se calcula pelo produto da área útil de praia com a área de conforto ocupada pelo utente, de acordo com o potencial de utilização balnear das praias.

Acontece que o potencial de uso balnear proposto, fator que tem uma preponderância importante ao nível da capacidade de carga, é distinto de praia para praia e distingue o que à partida pode ser classificado não de igual, pois não existem praias iguais no somatório dos vários fatores considerados, mas de análogo.

3. O potencial balnear, tal como apresentado no POOC, é hierarquizado da seguinte forma:

-Potencial muito elevado: 7 a 10 m²/utente. (Estão nestas condições as praias das Maças e Grande do Rodízio).

- Potencial elevado: 10 a 15 m²/utente. (Praia de São Julião e Magoito).

- Potencial moderado: 15 a 20 m²/utente. (Praia da Vigia, Aguda e Adraga).

- Potencial reduzido. 20 a 30 m²/utente. (Azenhas do Mar, Ursa).

- Potencial muito reduzido. Praia Pequena. (Desincentivo total de utilização).

O concelho de Sintra tem potencial de utilização balnear que vai desde o valor muito elevado (7 a 10 m²/utente) até ao potencial muito reduzido que é de zero. Sem dúvida que, como já foi dito, é o potencial de uso balnear (valor de carácter teórico) que mais influi na capacidade de carga de uma praia. O outro valor, a área útil de praia, é um critério prático que varia de ano para ano e dentro do mesmo ano. É um critério que depende exclusivamente das condições geomorfológicas da própria praia. A área útil de praia corresponde em média, a uma faixa de areal até 50 metros de profundidade, entre a linha da maré e o primeiro obstáculo morfológico. É uma zona de areal que é ocupada pelos utentes durante a maior parte do dia. Trata-se de um conceito conceptual ao nível do POOC.

4. Desde o início dos trabalhos de diagnóstico do POOC, com o levantamento da situação existente ao tempo, até hoje, 2015, foram produzidas alterações no território. Quer com o homem, com a introdução de novos equipamentos e infraestruturas nas praias, quer com a natureza, com a alteração do perfil de praia e a modificação nas arribas costeiras. Estamos perante uma nova situação em que, seguindo os critérios estabelecidos pelo POOC para a determinação da capacidade de carga para cada praia, os fatores que entram na definição para definir a capacidade de carga foram alterados.

Por um lado houve uma clara diminuição da área útil de praia. Por outro, foram criadas condições em algumas praias para um aumento do potencial de uso balnear. O saldo final, ou seja a capacidade de carga, pode não vir a sofrer grande

alteração, mas se forem seguidas as especificações que levaram aos valores que estão publicados em POOC a certeza é de que teremos uma considerável redução na capacidade de carga se a contabilidade fosse feita hoje.

5. Como vimos, a proposta do POOC de classificação das praias avaliou a natureza das praias em praia urbana, praia não urbana, praia equipada, praia não equipada, praia de uso condicionado e praia de uso restrito. Em função destes parâmetros foi-lhe atribuída uma classificação qualitativa nos seguintes valores I, II, III, IV e V, sendo que **I** corresponde a praia urbana de uso intensivo, **II** praia não urbana de uso intensivo, **III** praia equipada com uso condicionado, **IV** praia não equipada com uso condicionado e **V** praia com uso restrito.

Esta classificação não influencia na capacidade de carga da praia. São classificações distintas. No caso do concelho de Sintra, como exemplo, a praia das Azenhas do Mar é uma praia do tipo I, com um potencial balnear reduzido, o mesmo potencial que a praia da Samarra que é do tipo IV. A praia de S. Julião e a praia de Magoito são ambas do tipo III, com um potencial balnear elevado, enquanto a praia da Adraga, também do tipo III, possui um potencial balnear moderado. A praia da Ursa, a praia em que o ambiente natural está mais bem preservado, é uma praia do tipo IV com um potencial balnear reduzido, enquanto a praia Pequena do Rodízio, que na baixa-mar forma uma única praia com a Grande do Rodízio, sendo do tipo IV, possui um potencial balnear muito reduzido, com um total de utentes previstos de zero.

6. Como vimos no ponto anterior, existe alguma incoerência na classificação atribuída às praias do concelho de Sintra. Para uma nova proposta de classificação é necessário esclarecer o teor das incongruências que estão em vigor, aditando as alterações que se têm registado ao nível físico e legal.

Temos por nível físico, as condições de acessibilidade e de estacionamento que têm visto uma melhoria significativa, com o aumento de lugares de estacionamento em algumas praias e os acessos até ao areal melhorados. Tem igualmente melhorado as condições de armazenamento e de recolha de lixo na maioria das praias, quer pela ação da autarquia, quer pela dos concessionários. Este aspeto é de vital importância para o aumento da capacidade de carga das praias, nas que sendo de utilização muito intensa possuem classificação abaixo dessa realidade.

Ao nível legal, a alteração de paradigma relativo à utilização segura da praia ditou a interdição da praia da Aguda, o encerramento da via tradicional de acesso à praia de Magoito, ainda que tenha sido construído um novo acesso, e a perigosidade de movimentos de massa nas arribas que limita, bem, a utilização do areal junto à base da arriba.

Existem outras alterações de relevo, mas estas são, por si só, razão suficiente para pensar num novo mapa relativo à capacidade de carga das praias.

7. Sobre a capacidade de carga das praias, como já aqui ficou dito, o que mais influi no seu valor é o potencial de uso balnear. A área útil da praia tem sido reduzida. A dinâmica sedimentar tem-se encarregue de retirar um volume de areia superior ao que é resposto e a faixa de risco adjacente ao sopé da arriba, a ser respeitada, limita a utilização da maior parte do areal das praias do concelho. A exceção é a Praia Grande e a das Maçãs.

Como as condições que influem no limite da capacidade de carga, cuja definição é o *número de indivíduos de uma dada espécie que um dado ecossistema ou paisagem pode suportar sem degradação*, tem sido progressivamente melhoradas, apresentamos uma proposta para reclassificação das praias

Quadro n.º 2 – Proposta de classificação das praias balneares do concelho de Sintra. A proposta apresentada pela autarquia segue os mesmos critérios que levaram em sede de POOC – Sintra/Sado (2003) à classificação existente.

PRAIA	POTENCIAL BALNEAR	POTENCIAL BALNEAR	CLASSIFICAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
	(POOC 2003)	(proposto CMS)	(POOC 2003)	(proposto CMS)
S. Julião	Elevado	Elevado	III	II
Vigia	Moderado	Moderado	IV	IV
Samarra	Reduzido	Moderado	IV	IV
Magoito	Elevado	Elevado	III	II
Aguda	Moderado	Muito reduzido*	III	IV*
Azenhas do Mar	Reduzido	Elevado	I	I
Praia das Maças	Muito elevado	Muito elevado	I	I
Pequena do Rodízio	Muito reduzido	Moderado/Elevado	IV	IV
Grande do Rodízio	Muito elevado	Muito elevado	II	I
Adraga	Moderado	Elevado	III	II
Ursa	Reduzido	Reduzido	IV	IV

*Classificação de acordo com a situação actual. Em caso de intervenção para estabilização das arribas, ou que venha a ser tido um outro entendimento sobre a segurança nesta praia, a classificação deverá ser alterada para a que vigora em POOC.

Quadro n.º 3 – Classificação das praias balneares proposta pela autarquia pelos parâmetros do POOC – Sintra/Sado (2003). Equivalência da classificação atribuída pelo DL n.º 159/2012, de 24 de Julho, para as praias balneares.

PRAIA	CLASSIFICAÇÃO PROPOSTA	EQUIVALÊNCIA
	(critérios POOC 2003)	(DL n.º 159/2012, 24 Julho)
S. Julião	II – não urbana uso intensivo	Periurbana
Vigia	IV – não equipada com uso condicionado	Praia natural
Samarra	IV – não equipada com uso condicionado	Praia natural
Magoito	II - não urbana uso intensivo	Periurbana
Aguda	IV* – não equipada com uso condicionado	Praia natural
Azenhas do Mar	I – urbana uso intensivo	Praia urbana
Praia das Maças	I – urbana uso intensivo	Praia urbana
Pequena do Rodízio	IV – não equipada com uso condicionado	Praia natural
Grande do Rodízio	II - não urbana uso intensivo	Praia urbana
Adraga	II - não urbana uso intensivo	Praia periurbana
Ursa	IV - não equipada com uso condicionado	Praia natural

As alterações que se propõem são mais adequadas à capacidade de carga “efetiva” das praias do aquela que o está prevista em POOC. Esta proposta não é mais do que consagrar em letra de lei a situação que se vivencia durante a época balnear, sendo uma proposta suportada com base nos resultados obtidos da monitorização conduzida pela autarquia. A ARH do Tejo tem conduzido, com o prévio conhecimento da câmara municipal e por vezes até mesmo em parceria, uma campanha de investimento em equipamento e infraestruturas para um maior conforto e segurança na utilização balnear da praia. A proposta de reclassificação tem também o objetivo de adequar o nível de equipamento que os concessionários têm para oferecer, em virtude da afluência que cada praia apresenta, claramente desvalorizada no POOC Sintra-Sado face à realidade da época balnear.